



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA

ATA NA ÍNTEGRA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG

Data: 09 de setembro de 2016 às 09h00min

Aos 09 (nove) dias do mês de setembro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 129ª (centésima vigésima nona) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Edno César da Silveira, 2º (segundo) Suplente da Presidência; Analista Ambiental do Núcleo de Uberaba; Sr. José Roberto Silva, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Eustáquio Sidney Milanez Júnior, 1º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sra. (senhora) Carla Vieira Alvarenga, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Major André Márcio Alves Rodrigues, Titular da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Rodrigo Herles dos Santos e Sra. Ivone Maria Carvalho Rocha, Titular e 2º Suplente, respectivamente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA); Sr. José Antônio Leandro, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada – Uberlândia, Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Sra. Dora Marques Peres Drummond, Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Thiago Rodrigues Cavalcanti, 2º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Gervânio Luiz Pereira, 2º Suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Márcio Adriano Bocchio, 1º Suplente da Federação das Associações Comerciais e Empresárias do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, 2º Suplente da ONG Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da ONG Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Felipe Moraes Russo, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ) e Sra. Glaucimar Soares da Silva Vieira e Cláudio Júnio Leocádio, Titular e 2º Suplente, respectivamente, do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). EDNO (PRESIDENTE): Bom dia a todos. Meu nome é Edno César da Silveira, estou hoje na condição de Presidente, para realizar a Pauta da 129ª (centésima vigésima nona) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), realizada no dia 09 de setembro de 2016. Solicito que todos, de pé, acompanhem a Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto**



de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Germano Luiz Gomes Vieira. Geralmente é presidida pelo Ricardo, de Unaí. Na impossibilidade do comparecimento dele, fui nomeado através do Memorando 178/2016, que diz o seguinte: “Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade de comparecimento do Titular e 1º Suplente representantes da SEMAD junto à Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme composição estabelecida pela Deliberação Normativa COPAM 491/2013, indico o Sr. Edno César da Silveira, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para presidir a 129ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que será realizada no dia 09 de setembro de 2016, às 09 horas no Município de Uberlândia. Atenciosamente. Germano Luiz Gomes Vieira. Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”. Vamos ao item 3. **Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.** Coloco em aberto. MAJOR ANDRÉ MÁRCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Bom dia a todos primeiramente. Eu queria fazer um convite já antecipado aqui, depois nós entregaremos formalmente ao demais Conselheiros e membros do SISEMA. No dia 05 de outubro, na 13ª Subseção da OAB, aqui em Uberlândia, nós vamos realizar às 09 horas nossa Solenidade de Comemoração dos 10 anos de instalação da 9ª SINDIMAT. Não da Meio Ambiente, que já tem mais de 30 anos instalada na região, porém, a Companhia quando ela uniu as atividades de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário, completa-se 10 anos agora. No dia 05 de outubro estaremos fazendo a Solenidade e gostaríamos de contar com a presença de todos. Obrigado. EDNO (PRESIDENTE): Não havendo mais manifestações, eu queria dar as boas-vindas também para o Titular do IBAMA, Rodrigo Herles dos Santos. Seja bem-vindo. Parabéns desde já pelos 10 anos de luta e de trabalho. Vamos para item 4. **Exame da Ata da 128ª RO de 12/08/2016.** Coloco em votação, os que concordam, que aprovam a Ata fiquem como estão, os que não aprovam se manifestem. FREI RODRIGO (AMEDI): Abstenção. EDNO (PRESIDENTE): Ok. Aprovada pela maioria. Vamos para o item 5, para votação, nós vamos fazer a leitura em bloco, aquele que se interessar pelo destaque se manifeste ao final de cada item. Então, Item 5. **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - Ampliação:** 5.1 Zema Cia. de Petróleo Ltda. - Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Uberlândia/MG - PA/Nº 02614/2002/006/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Bom dia a todos. Destaque. EDNO (PRESIDENTE): Ok. Item 6. **Processo Administrativo para exame da Licença de Operação:** 6.1 Macedo & Souza Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Centralina/MG - PA/Nº 13802/2015/002/2016 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Item 7. **Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva:** 7.1 Posto Caxuxa II Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Uberaba/MG - PA/Nº 00629/2002/003/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. EDNO (PRESIDENTE): Item 7.2 Cinquentão Comércio de Combustíveis Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Uberaba/MG - PA/Nº 00938/2003/002/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. EDNO (PRESIDENTE): Item 8. **Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 8.1 BT Construções Ltda. - Usina de produção de concreto asfáltico - Uberlândia/MG - PA/Nº 00007/1992/011/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. EDNO (PRESIDENTE): Item 8.2 Usina Uberaba S.A.



99 - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos
100 flutuantes de combustíveis - Uberaba/MG - PA/Nº 01962/2003/011/2016 - Classe 5.
101 Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. EDNO
102 (PRESIDENTE): Ok. Nós vamos fazer a votação agora do item que não houve destaque, 6.1.
103 Abro para votação. Quem tiver alguma manifestação contra que se manifeste, os que forem a
104 favor permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Agora nós vamos abrir para os
105 destaques. Item 5.1, Ministério Público do Estado de Minas Gerais. CARLOS VALERA
106 (PGJ): Sr. Presidente, demais Conselheiros. Observo que é um empreendimento Classe 5, de
107 alto potencial poluidor; então, eu sugiro a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC com a
108 redação padrão da SUPRAM TMAP. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Sr. Presidente,
109 considerando a colocação do Dr. Valera, eu queria só argumentar o nosso posicionamento
110 contra a inclusão dessa Condicionante do SNUC em empreendimento que não dispõem de
111 EIA/RIMA, nós trouxemos aqui alguns respaldos já, ações julgadas em segunda instância
112 pelo nosso tribunal, inclusive essa daqui especificamente cassou uma decisão deste
113 Colegiado, que incluiu a Lei do SNUC em empreendimentos sem EIA/RIMA. Se o senhor me
114 permitir eu vou ler a ementa aqui desse julgado. O julgado para quem quiser conferir é um
115 agravo de instrumento nº 1002414306879-9001 – Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A
116 ementa coloca aqui que *“nos termos do Artigo 36 da Lei 9985/2000, para fins de fixação da*
117 *compensação ambiental, a qualificação de determinado empreendimento como de*
118 *significativo impacto ambiental pelo órgão competente, frise-se, deve estar fundamentada em*
119 *estudo de impacto ambiental e no respectivo relatório”*. Continua, *“tem se por ilegítimo em*
120 *juízo inicial o estabelecimento pelo COPAM de compensação ambiental sem a prévia*
121 *realização de EIA/RIMA carecendo de respaldo legal consequentemente o ato do IEF que*
122 *impôs a empresa agravante assinatura do respectivo termo de compromisso de compensação*
123 *ambiental, relevância de argumentação definido pela recorrente”*. Como eu disse, essa
124 decisão foi no agravo de instrumento, mas, a sentença confirmou também essa é a sua
125 exposição na mente e eu consegui buscar aqui mais outros dois processos em que essa
126 discussão está ativa. É uma apelação a número: 1004211001464-6003, a ação número:
127 029509023274-1001 e lembrando também que essa decisão aqui no agravo que eu li a
128 primeira vez, ela faz menção a ação direta de inconstitucionalidade número 3378 que muito
129 embora não verse diretamente sobre essas ilegalidades, o argumento do ministro Carlos de
130 Brito é muito claro no sentido de que o órgão licenciador, reproduzindo as palavras dele, *“o*
131 *órgão licenciador não poderá arbitrariamente definir o valor do financiamento*
132 *compartilhado uma vez que deverá agir sobre o manto da legalidade, impessoalidade,*
133 *moralidade, publicidade e eficiência”*, Artigo 37 da Constituição Federal, de registro sim
134 fixar o *quantum* compensatório em estrita conformidade com os dados técnicos do
135 EIA/RIMA, ou seja, se não há EIA/RIMA não há como fixar o valor de forma moral, ética,
136 pública e eficiente dentro da ilegalidade, da impessoalidade, ferindo inclusive a Constituição
137 Federal. Então, fica essa colocação fundamentando o nosso posicionamento nas seções
138 anteriores e nas doravante. É só isso, Sr. Presidente. CARLOS VALERA (PGJ): Bom, esse
139 assunto se tornou até chato, mas, é importante e obviamente nós temos que respeitar o
140 funcionamento dos demais Conselheiros, ainda mais quando eles trazem essas decisões
141 judiciais. Primeiro, a decisão do STF, embora aborda de forma indireta, ela diz respeito ao
142 quantum um fixo que estava no Artigo 36 que era de meio por cento. Então, diz que o órgão
143 ambiental precisa se valer do estudo para fixar esse *Quantum*. Essa decisão referida, ela foi
144 objeto de um recurso do Ministério Público do TJ de Minas, não é isso Dr. Márcio, e subiu.
145 Agora sim, vamos nos despir na questão jurídica e vamos tratar a questão de ordem bem
146 prática aqui no nosso dia-a-dia. É a DN 74, embora a GE usando o argumento semântico diga
147 que ela não classifique empreendimentos, qualquer um de nós que tenha um mínimo de



conhecimento sabe que ela classifica sim. Tanto é que nós vamos lá no potencial poluidor ela estipula graus desse potencial poluidor de pequeno, médio e grande. Muito bem, então se eu tenho um instrumento normativo que é uma deliberação normativa que diz que determinado empreendimento tem um grande potencial poluidor, eu preciso impor ao empresário o custo de um EIA/RIMA para provar essa situação? Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, esse Conselho pode, e ao meu visto parece que pode, incluir outras situações ambientais para salvaguardar os bens ambientais da nossa região e aí vem a indagação, será que o Triângulo Mineiro com a sua pujança está tratando bem as suas Unidades de Conservação? Então, é algo que precisa ser refletido e mais, eu estou sendo bem prático, o custo para esses Empreendimentos da compensação do SNUC é alto? Não é. Se vocês observarem, eu vou até invocar, se vocês assim me permitirem, está indo um processo da Usina Uberaba, em um Posto de Gasolina onde houve pagamento do SNUC. William, você pode dizer o valor? Faz esse favor, traga essa informação para nós, só para nós nos vermos que assim, se cria uma discussão sobre algo que pra nós é muito singelo. Hora, se o Estado diz que é de grande potencial poluidor, porque eu preciso de EIA/RIMA para aferir essa questão e mais, os Empreendimentos Classe 5 e 6 que é aqui são submetidos e se submetem a um benefício que é a mera apresentação de RCA e PCA, ele diz não tenho um valor significativo. Agora, nós temos duas saídas e nós temos que optar por uma delas. Nós baixamos todos os processos Classe 5 e 6 em diligência para que seja feito EIA/RIMA ou nós colocamos a Condicionante da Lei do SNUC. E dizer que impossível fazer o pagamento, com todo o respeito, não é verdade. Prova está aqui, que a Usina Uberaba licenciou um posto de gasolina com RCA e PCA e pagou a compensação do SNUC. Então, me perdoem, assim de forma muito prática, esquecendo um pouco a discussão jurídica, eu volto dizer, a posição nossa é, se o Estado já define se tem grande potencial poluidor é o que basta. E eu me comprometo a vocês, na próxima reunião mais, uma vez com esse assunto, eu vou trazer o contraponto que é uma doutrina da professora Érica Bechara, que é uma professora da PUC de São Paulo, que tem um livro específico sobre Unidades de Conservação, onde ela defende contextualmente esse posicionamento, ela diz assim: não é o nome do Estudo que baliza, é o impacto. Muito obrigado. RODRIGO HERLES (IBAMA): Eu tento acompanhar um pouco o raciocínio do Procurador, a minha vida toda foi com licenciamento ambiental nos últimos 10 anos e é muito claro, o que define de fato a existência ou não de compensação ambiental é o significativo impacto ambiental. Claro, a gente olhar para a Norma em 1986 quando a gente não conhecia praticamente nada de grandes empreendimentos e criamos então o Estudo de Impacto Ambiental, e de lá para cá passamos os últimos 30 anos tentando simplificar, procurar uma forma mais racional de lidar com esses estudos de impactos, a própria Legislação aqui em Minas avançou, no sentido de dar uma primeira classificação, de separar aquilo que é de alto impacto e aquilo que não é. Mesmo ainda diante de empreendimentos, eu já conheço bastante a sua característica técnica eu posso simplificar o Estudo no sentido de dar a ele um rito mais acelerado. Eu olho para essa Norma e vejo dessa forma. Contudo, ele não deixa de ser de alto potencial ambiental, portanto, para mim faz jus ao pagamento da compensação ambiental. É uma primeira leitura, eu sei que há embates grandes em torno disso, mas eu tendo a entender que não é o nome do Estudo que tipifica o impacto, é o próprio impacto. Se a Legislação do Estado diz que ele é significativo impacto ambiental ainda que sujeitem a RCA e PCA, na minha opinião e isso foi uma anotação que eu fiz, lendo o documento, não tenho convívio de reunião do COPAM, por isso nem coloquei inicialmente a discussão, mas entendo que se tem essa designação, entendo eu que faz jus à compensação ambiental, seja ele de que valor. Seja de dez mil ou cinco mil reais, onze mil reais, não importa, tem a ver com o investimento do empreendimento. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Com todo respeito Dr. Valera e toda consideração que eu tenho pelo senhor, o Ministério Público não pode se despir da



197 legalidade doutor, o fiscal da Lei ele não pode se despedir da legalidade no momento desse.
198 Não, o senhor colocou se despidendo da legalidade. O que nós estamos debatendo aqui é
199 justamente a legalidade e esse Conselho não pode também estar acima da Lei. A doutrina não
200 pode estar acima da Lei, se a Lei diz que há a necessidade de estudo de impacto nós não
201 podemos conferir a esse Conselho o poder de impor uma sanção, que isso é uma sanção, onde
202 a Lei não prevê e se a Lei está errada, nós temos que mudar a Lei, mas não contrariar a Lei. É
203 esse o nosso posicionamento, essa primeira decisão que nós estamos aqui, foi uma decisão
204 deste órgão colegiado realizado no dia 11 de fevereiro de 2011, foi cassado e tem outras duas,
205 três aqui tramitando. O Supremo Tribunal já se manifestou mesmo que indiretamente com
206 relação a isso. A gente insistir mais nesse posicionamento de incluir a Condicionante da Lei
207 do SNUC é só aumentar o trabalho do empreendedor e aumentar o número de processo no
208 judiciário que a gente já sabe como que está. Nesse sentido que, então, se não está
209 funcionando, se o impacto existe, se muda a Lei, mas não contrariá-la. FERNANDO RUAS
210 (ABES): Concordando com Dr. Márcio é também até pra falar o seguinte, um ponto de vista
211 prático, o empreendedor não apresentou o EIA/RIMA simplesmente porque no formulário de
212 orientação para o licenciamento do FOB, o Estado pediu o RCA e o PCA, por uma questão de
213 ser uma tipologia que pela DN 74 e pelos estudos ele não apresenta um impacto tão grande
214 assim. Apesar de pelo porte e o potencial poluidor ele ter caído em Classe 5, não
215 necessariamente o impacto é significativo. Então, essa discussão é recorrente aqui e eu
216 gostaria de deixar meu voto também contra, exatamente por isso, nós devemos não colocar
217 sanções ao empreendedor, ele já pagou o licenciamento, ele já apresentou aquilo que foi
218 solicitado a ele. Agora, ele não pode ter uma sanção que está acima da legalidade. CARLOS
219 VALERA (PGJ): Dr. Márcio, primeiro, ninguém aqui está solavando o descumprimento da
220 Lei. Até muito ao contrário, nossa função é cumpri-la, só que nós temos que cumpri-la
221 interpretando-a. Veja bem, o movimento que foi colocado pelo representante do IBAMA, só
222 para vocês terem noção, eu consegui resgatar aqui a informação da Usina Uberaba, R\$
223 6.800,00. Eu pergunto, quanto custa um EIA/RIMA? E mais, essa decisão está aberta no
224 judiciário. É evidente que se o judiciário consolidar o entendimento de que é obrigatório e
225 necessário o EIA/RIMA, tudo bem, mas isso não está decidido, o Supremo não tratou dessa
226 questão; o Supremo tratou da rigidez do percentual, que fique claro. E essa decisão do TJ,
227 como eu disse, está sendo sindicada em um recurso do próprio Ministério Público, não é que
228 nós não concordamos, é o que eu digo, pessoal, assim, vamos sempre focar na nossa
229 realidade. Durante muito tempo nós tivemos problemas aqui com o Setor Sucroalcooleiro
230 porque o Estado mandava fazer RCA e PCA e o judiciário mandou fazer EIA/RIMA. Aí o
231 Estado se convenceu e reorientou todos os processos e nós passamos a exigir EIA/RIMA. E
232 eu tive um caso específico, eu vou publicizá-lo porque ele tá materializado em um TAC e o
233 TAC já foi inclusive cumprido. É a Vale do Tijucu, eles apresentaram RCA e PCA, mas na
234 riqueza de detalhes do Estudo permitiu celebrar um TAC para compensação da Lei do SNUC.
235 Então, é isso só que eu quero dizer, porque se não, meu estimado amigo Márcio, nós vamos
236 criar, me desculpem, talvez até uma situação de inviabilização, porque nós vamos pegar uma
237 lavanderia, por exemplo, que é Classe 5, vamos submetê-los ao EIA/RIMA, isso não me
238 parece razoável. Agora também não me parece razoável que o Estado diga, olhe, você tem
239 alto potencial poluidor e esse empresário não faça a sua conta social, que é investir no sistema
240 de Unidade de Conservação. Então, sendo que o que eu estou propondo aqui é uma
241 interpretação harmoniosa e digo mais, em prol dos empresários, porque o custo de EIA/RIMA
242 é muito mais caro do que o custo do SNUC. Então, é preciso também ter uma leitura um
243 pouco mais harmonizada com a nossa realidade aqui do Triângulo Mineiro. Muito obrigado.
244 Me desculpe. THIAGO (FIEMG): Bom dia, Conselheiros. Bom dia Presidente, aos presentes.
245 Respeitosamente, Dr. Carlos Valera, Dr. Márcio, colegas, eu, inclusive de posse aqui da



música da sentença, viu Dr. Márcio; só vou discordar um pouquinho, destoar um pouquinho do discurso do IBAMA e da Procuradoria Geral de Justiça porque nesse caso aqui, Dr. Carlos Valera, o percentual a ser direcionado foi de R\$ 714.000,00. Então, existe sempre uma relatividade, da mesma forma que o Estado pode então dispensar o EIRA/RIMA da lavanderia, ele deveria cobrar o EIA/RIMA daquele empreendimento que como o representante do IBAMA disse é sabidamente classificado pela DN como alto grau de risco de poluição. Mas, mantendo a coerência, mantendo o nosso raciocínio desde o início das proposituras da Procuradoria Geral da Justiça, novamente, respeitosamente, a FIEMG também encontra porque ainda se encontra, ainda paira essa dúvida jurídica, estão sendo questionadas e quando não existir o EIA/RIMA, quando não encontramos dentro do processo o requisito para que o SNUC seja aplicado nós vamos votar contra inclusão dessa Condicionante. Obrigado. ELAINE (FAEMG): Eu queria ouvir da Dra Kamila, qual seria o posicionamento do Estado, em empreendimento aqui como este, por exemplo, o Zema? O que a Legislação que norteia você orienta sobre a necessidade ou não do EIA/RIMA, nesse caso? KAMILA (SUPRAM): Dra Elaine, eu acho que eu até já me manifestei algumas vezes a respeito disso e respeito muito o posicionamento do Ministério Público, mas a AGE (Advocacia Geral do Estado), em três oportunidades ela se manifestou a respeito do SNUC nos processos de Licenciamento Ambiental e o que a Advocacia Geral do Estado nesses três pareceres consignou? De que de fato o que se presta para aferir significativo impacto ambiental é o Estudo de Impacto Ambiental. Então, só que o Estado também não pode se abster de exigir o Estudo de Impacto Ambiental quando se considerar que aquela atividade é de significativo impacto. A questão é que, para esses casos de Posto de Combustível, pela Resolução CONAMA 01/1986 não coloca essa atividade naquele rol, que não é taxativo, é um rol exemplificativo, mas que dá para que a gente se apegue naquela listagem, não estabelece o posto combustível como sendo uma atividade passiva de estudo de impacto ambiental. Então, eu consegui te falar? Então, é por isso que esse processo não foi instruído com EIA/RIMA, é por isso que esse processo, a equipe de analista do processo não incluiu a Condicionante. EDNO (PRESIDENTE): Ok. Encerradas as discussões, nós vamos colocar em votação o empreendimento primeiramente. CARLOS VALERA (PJG): Sr. Presidente. Pela ordem, então, nós vamos fazer diferente, seguindo a ordem da Dra Elaine. A equipe técnica, com base no RCA e PCA, se identificam impactos? RODRIGO (SUPRAM): Nesse caso, a gente não faz essa avaliação porque o estudo que é apresentado é o RCA e PCA. A gente não tem essa condição de falar de significativo impacto como base no estudo apresentado. CARLOS VALERA (PGJ): Então, para que serve esse estudo? RODRIGO (SUPRAM): Dr. Carlos, os estudos tem diferentes abrangências, o RCA e PCA é um estudo mais simplificado, mais objetivo, as interações são menores. Agora, você pega um EIA/RIMA, ele tem toda uma complexidade a mais, que necessita de diversos profissionais para te auxiliar na análise disso para chegar nessa confluência se tem impacto ou não e a abrangência deste impacto, se ele é local, regional, qual que é a difusão desse impacto. Então, os estudos têm diferenças, eles têm complexidades distintas. CARLOS VALERA (PGJ): Mas, ela é casada. Lendo os pareceres, todos apresentam impactos, inclusive sugere as medidas mitigatórias. Isso não são impactos? Ou seja, o desempenho naquela atividade, um posto de gasolina de 210 metros cúbicos de armazenamento, 50 funcionários, não sei quantos milhões de caminhões transitando no pátio, isso não é impacto? RODRIGO (SUPRAM): São impactos. CARLOS VALERA (PGJ): Obrigado. MOISÉS (FETAEMG): Rodrigo, essa atividade vai causar dano ao meio ambiente ou não? Acho que já ficou meio respondido, mas eu queria uma afirmação da equipe técnica. Causa ou não causa? RODRIGO (SUPRAM): Essa questão de causar ou não causar, gente, é complicado de você definir. Tudo pode causar, a criança nasceu, ela pode causar dano? Pode. Tudo na vida pode causar dano. Qualquer empreendimento pode causar. Agora se ele vai



causar ou não e se isso vai ser significativo ou não. MOISÉS (FETAEMG): Mas o que vai determinar se vai ser ou não? Os Estudos não dão para ver isso? Porque se não der fica na dúvida, vamos votar uma coisa que está em dúvida. A função aqui é olhar, se causa ou não. Se causa, vamos dizer que causa e vamos tomar as providências para ser resolvido. Agora, se não, não vamos não vamos questionar, mas pelo que você está falando, pelos estudos e pelo que já foi falado, eu creio que sim. É isso? RODRIGO (SUPRAM): Não. Primeiro, gente, vamos entender. O Estado tem sua Norma e normatiza as atividades, ele elencou as atividades lá, classificou-as e estabeleceu os seus respectivos termos de referência, os estudos necessários, as diversas tipologias. Então, isso já está definido ao Estado. Entendeu? Agora essa discussão de novas atividades, se elas têm que ser elencadas ou não, se elas têm que ser com o EIA/RIMA ou não, isso aí cabe uma discussão maior junto ao Estado, que é o que normatiza a Lei que dá as diretrizes para o Estado. Entendeu? Então, é uma discussão maior. Hoje, essa atividade não é caracterizada, ela é a necessidade de RCA e PCA conforme termos referentes no regramento estabelecido junto ao Estado. FERNANDO RUAS (ABES): Para ajudar a clarear um pouco aqui, nesse empreendimento específico ela é uma base de armazenamento de combustível, que ela está sendo construída aqui em Uberlândia ao lado da base da Petrobrás, que já funciona há bastante tempo. Ali tem um duto aonde chega o combustível, já existem outros Empreendimentos ali na região, essa base já se encontra em um local que já está praticamente tomado de outras empresas com o mesmo tipo de tipologia, ou seja, é um “pull” de abastecimento de combustível. Então, quer dizer, existe um potencial impacto? Sim. Se houver um vazamento existirá um impacto. Hoje, se não tiver vazamento nesses tanques e fizerem todos os controles ambientais nunca terá um impacto significativo a não ser a instalação que está sendo feita. Muito obrigado. EDNO (PRESIDENTE): Ok, vamos colocar em votação o empreendimento. Quem for contrário ao empreendimento, quem for contrário ao parecer que se manifeste, quem for a favor permaneça como está. THIAGO (FIEMG): Voto contra pelas razões já esplanadas. EDNO (PRESIDENTE): Ok. Aprovado por unanimidade. Agora nós vamos colocar em votação o item em que o Ministério Público solicita a inclusão, o item 7, que diz o seguinte: *“Protocolar é perante a gerência de compensação ambiental do IEF no prazo máximo de 30 (trinta dias) contados do recebimento da licença. Processo de compensação ambiental conforme procedimentos estipulados pela portaria do IEF 55 de 23 de abril de 2012. O prazo é de 30 dias contados do recebimento da licença”*. Em votação, quem for contra a inclusão se manifeste, quem for favor que permaneça como está. THIAGO (FIEMG): Voto contra as razões já esplanadas. ELAINE (FAEMG): Contra, pelas razões já expostas. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Pelas razões já expostas, entendendo que há ilegalidade na imposição da penalidade. DORA DRUMMOND (PN3): Voto contra, pelas razões já apresentadas. FERNANDO RUAS (ABES): Contra. SIDNEY (SEDURU): Abstenção. Tendo em vista a controvérsia da questão. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. EDNO (PRESIDENTE): Ok. Aprovado a inclusão por maioria da condicionante. Vamos para o seguinte, item 7.1. Destaque. Isso que eu gostaria de saber, são todos os mesmos destaque? Então vamos fazer o mesmo procedimento. CARLOS VALERA (PGJ): Sr. Presidente, 7.1; 7.2 e 8.1 a discussão é a mesma. Então, com o aval dos meus queridos colegas Conselheiros, nós poderíamos votar tudo de uma vez só. EDNO (PRESIDENTE): Ok. Vamos colocar em votação, portanto, o 7.1 e 8.1, 7.2 também Dr. Carlos? O 7.1; 7.2 e 8.1 correto? Aqueles que forem a favor do empreendimento. Quem a favor do parecer ambiental desses três itens, permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. Ok. Aprovado por unanimidade e agora da mesma forma, a Condicionantes que eu já expressei anteriormente. Quem for contra a inclusão se manifeste, quem for a favor permaneça como está. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Contra, pelas razões já expostas. FERNANDO RUAS (ABES): Contrás, pelas razões expostas. ELAINE (FAEMG):



344 Contra, pelas razões já expostas. SIDNEY (SEDRU): Abstenção, pelas razões já expostas.
345 DORA DRUMMOND (PN3): Contra, pelas razões já expostas. JOSÉ ROBERTO (SEAPA):
346 Abstenção. THIAGO (FIEMG): Voto contra, para manter a coerência das votações. EDNO
347 (PRESIDENTE): Ok. Aprovada inclusão por maioria. Item 8.2 destaque. CARLOS VALERA
348 (PJG): A rigor, Sr. Presidente, é só mais um esclarecimento. Rodrigo até me esclareceu, mas
349 eu queria compartilhar com os demais Conselheiros. Esse posto integra a infra-estrutura da
350 Usina Uberaba e aí me causou um pouco de estranheza porque que está sendo renovado só do
351 Posto. Então, Rodrigo, por favor, queria que você compartilhasse aqui conosco. RODRIGO
352 (SUPRAM): Na verdade, o processo trata somente do posto. A unidade do complexo
353 industrial da Usina é objeto de outro processo que vai tramitar para análise e posterior envio
354 de parecer. Então, esse é somente do posto. EDNO (PRESIDENTE): Ok. Colocaremos em
355 votação. Portanto, aqueles que são contra o empreendimento que se manifeste, por favor. Item
356 aprovado por unanimidade. **9. Encerramento:** Bom, às 09h57min declaramos encerrada a
357 Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada. Muito obrigado a todos e tenham um bom
358 final de semana. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente
359 Ata que segue assinada pelo Presidente. Uberlândia, 09 de setembro de 2016.

360
361
362 EDNO CÉSAR DA SILVEIRA (presidente suplente)
363